

Lula diz que crise não vai mudar eleição

Evandro Teixeira

ANDRÉ LACERDA E
LUCIANA NUNES LEAL

BRASÍLIA E RIO — O candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lamentou que a crise econômica não tenha “maiores impactos” na decisão do eleitor, amanhã, porque a população não foi informada sobre a gravidade dos problemas para o Brasil. “O povo vai votar sem que o governo tenha assumido efetivamente a importância da crise e a culpabilidade pela crise que ele próprio formou”, disse Lula. O petista acredita, porém, que a oposição cumpriu o dever de anunciar as dificuldades que as medidas econômicas do governo vão impor ao país.

Lula disse que, com a ajuda da mídia, o governo escondeu a dimensão da crise. “É preciso informar a população. Se isso não significar efetivamente mudança no comportamento do povo, pelo menos todos nós dormiremos com a consciência tranquila de que cumprimos com nosso dever de informar a opinião pública brasileira”, declarou o candidato, ao lado de Leonel Brizola, depois de um almoço com artistas, no hotel Glória, no Rio.

Comunicado — Em um comunicado escrito ontem, Lula e Brizola pedem ao povo que se mobilize no dia da eleição, convencendo os “milhões de brasileiros” ainda indecisos e também que não acreditem em pesquisas eleitorais, “que buscam manipular a expressão da vontade popular”. Lula e Brizola consideram o encerramento da campanha eleitoral, mas garantem estar certos de que haverá segundo turno. Eles pedem também que simpatizantes e aliados “fiscalizem até o último voto” enquanto durar a apuração.

Nesses últimos dias de campanha, o PT tenta vários recursos jurídicos para punir o que considerou abusos e ilegalidades. Uma nova tentativa acontece hoje, quando o partido pedirá ao TSE que proíba a divulgação de pesquisas eleitorais do Ibope. O argumento é de que o instituto de pesquisa está “sob suspeição”, segundo o presidente do PT, José Dirceu, por causa da conversa gravada entre o diretor-executivo do Ibope, Carlos Augusto Montenegro, e o senador Júlio Campos, candidato ao governo de Mato Grosso pelo PFL.

Conversa telefônica gravada entre os dois teria revelado que Montenegro informou a Campos que ele estava empatado com o tucano Dante de Oliveira. Divulgada, a

pesquisa mostrou o tucano com dez pontos de vantagem.

A legislação eleitoral permite a divulgação de pesquisas de intenção de votos às vésperas das eleições. A resolução que regulamenta os artigos 33 a 35, que tratam das pesquisas, diz que elas podem ser divulgadas a qualquer tempo, “inclusive no dia das eleições”. Exige, apenas, que seja registrada com nome de quem a contratou, valor e origem dos recursos, além de anexação do questionário e da metodologia.

A coligação encabeçada pelo PT também protocolou ontem representação em que pede a condenação do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-ministro da Administração Bresser Pereira por atos de improbidade administrativa. A acusação é baseada no envio a funcionários públicos federais que ocupam cargos comissionados de cartas em que solicitam contribuições financeiras para a campanha tucana.

Os advogados acusam o presidente e o ex-ministro de abuso de poder de autoridade. Pedem que seja aplicada à coligação governista União, Trabalho e Progresso (PSDB-PFL-PTB-PPB-PSD) e aos dois acusados multa que pode chegar a R\$ 96,1 mil - valor máximo permitido pela lei eleitoral.

TSE nega — Ontem, o ministro auxiliar do TSE Luiz Carlos Madeira negou o pedido de liminar feito pela coligação oposicionista contra Fernando Henrique e outros cinco ministros - Saúde, Educação, Agricultura, Meio Ambiente e Planejamento - acusados de liberação irregular de R\$ 24 milhões em verbas da União para estados e municípios. Segundo o ministro, a coligação “não indicou nenhum caso concreto de iminente transferência voluntária de recursos da União”.

O Ibope também foi alvo de representação da coligação Brasil Real e Justo (PPS-PL-PAN), que apóia o candidato à presidência Ciro Gomes. Os partidos tentaram sem sucesso impedir a divulgação das pesquisas do instituto. Alegavam que foram desconsideradas as intenções de voto em branco e nulos em recente pesquisa presidencial. Segundo os advogados do PPS, “tal iniciativa visa simular para a opinião pública que o presidente Fernando Henrique estaria subindo nas pesquisas”. O ministro Vicente Cernicchiaro, do TSE, negou o pedido de liminar. Para ele, não há, na lei “exigências quanto a extensão dos itens de divulgação” das pesquisas.



Lula disse, em entrevista no Rio, que dorme com a “consciência tranquila” por ter “cumprido o dever” de informar a população sobre a crise.